

## A comunicação relacional específica de risco no “futuro que começa agora”

Mariluz Coelho<sup>1</sup>

**Resumo:** No trilha da quarta afinação analítica desenhada pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos para trabalhos futuros relativos às *fake news*, o objetivo deste artigo é refletir sobre o emaranhado de informações e difusões, e a comunicação de risco em âmbito relacional, que se intensificou a partir da pandemia COVID-19. Ainda que de forma introdutória, pretende-se compreender a ausência ou a presença de estratégias específicas de comunicação de risco neste desastre sanitário. Desta forma, procura-se caminhar para responder à indagação que a pandemia COVID-19 instigou: a experiência pandêmica pode ser um caminho no pós-abissal, sendo a tradiçência a via de percepção para a elaboração de políticas públicas de comunicação social de risco? A resposta, certamente, não virá neste trabalho preliminar. Porém, seguem as primeiras reflexões.

**Palavras-chave:** Comunicação, COVID-19, risco, tradiçência.

### Introdução

O vírus SARS-CoV-2 trouxe mais que a doença COVID-19 e revelou faces individuais e coletivas de pessoas em estado de estranhamento e, por vezes, convergência, no mundo globalizado, porém em constante disjunção cultural e conflito (Appadurai, 1991; Escobar, 2004). A humanidade passou a duelar mais intensamente no embate das comunicações relacionais, de valores, crenças, conceitos e preconceitos.

O duelo entre grupos, conseqüentemente, tem multiplicado relações e adesões. As redes de pessoas que se interconectam, por meio da Internet, em todo o planeta, cresceram rapidamente nas últimas duas décadas e tomaram formas de autocomunicação em massa (Castells, 2015). Porém, a pandemia tem acelerado este processo e fez eclodir o que não pôde ser mais ignorado por sua relevância para as ciências da comunicação e do risco.

Redes de pessoas na Internet, e também fora do ciberespaço, têm feito brotar, com força, tudo o que sempre esteve nos guetos sociais, mas acomoda-se na caserna e, de vez em quando, coloca a cabeça de fora em momentos específicos da história

---

<sup>1</sup> Especialista em Comunicação Científica na Amazônia e Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil; membro do grupo de pesquisa Resistências e Existências dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais na Terra, do NAEA. E-mail: [coelhomariluz@gmail.com](mailto:coelhomariluz@gmail.com)

(Morin, 2009). No tempo pandêmico e na velocidade das trocas de informações, distorções e mentiras sem precedentes (Zarocostas, 2020), o público transpõe o privado de forma exponencial e mostra a sociedade desnudada.

Na obra *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos lançou desafios investigativos sobre as encruzilhadas analíticas formadas na pandemia. Interessa, ao objetivo deste artigo, a quarta afinação analítica elencada pelo autor, que diz respeito à “gravidade das notícias falsas na pandemia” (Santos, 2020: 514) e à necessidade de maior atenção analítica, política e até jurídica em torno desta problemática.

Porém, arrisco-me a caminhar um pouco além destes pontos, considerando a necessidade também de uma análise das noções comunicacionais que surgiram com a pandemia. Então, a proposta mais ampla deste trabalho é refletir, para além das *fake news*, sobre a comunicação específica em contextos de risco em desastres, seja evento sanitário ou de outra origem. Tal reflexão coloca-se, também, na visão deste estudo, como um possível caminho na busca de antídotos contra a “infodemia” (Zarocostas, 2020).

Para este trabalho, foram analisados territórios virtuais (sociais e institucionais) e meios de difusão de informações, entre agosto de 2020 e setembro de 2021, tendo como campo de estudo o Brasil e Portugal. Foram também consideradas experiências etnográficas, no mesmo período, em Belém, na Amazônia brasileira, e em Viseu, na região Centro de Portugal. Assim, esta reflexão traz questões, impressões e análises da pesquisa de doutoramento em andamento “Políticas públicas de comunicação de risco, em perspectiva de tradiçência — um estudo do desastre COVID-19”.

A primeira parte do artigo trata da comunicação relacional como um caminho para a elaboração de políticas públicas de comunicação de risco, considerando a tradiçência (isto é, a relação e coabitação dos saberes) como via de percepção social no pós-abissal. Em seguida, este trabalho analisa a insurgência da comunicação relacional na pandemia COVID-19. E por fim, introduz uma reflexão sobre os impactos da presença e ausência de estratégias específicas de comunicação de risco no maior desastre sanitário desde o início do século XXI.

### **Comunicação específica de risco no pós-abissal, em condição de tradiçência**

A comunicação não pode ser confundida com a mera difusão de informações. A comunicação vai além desta e, de forma autônoma, ganha lugar estratégico quando se torna tanto um elo entre os conhecimentos quanto a extensão deles. Quando há relação entre pessoas e grupos, há comunicação, que precisa ser vista como ciência social e não somente como instrumento informacional (Sodré, 2007). Nesse sentido, a comunicação torna-se fundamental na prática dos conhecimentos, passando a ser particularizada como comunicação tradiçencial (Coelho, 2018). Nesta, elimina-se a troca simples de informações, substituindo-a pela relação entre sujeitos sociais e grupos que dialogam numa perspectiva de ação.

A noção da tradiçência começou a ser estudada em 2018, numa pesquisa sobre a sociobiodiversidade na Amazônia brasileira, a partir de várias inquietações acerca da monocultura da mente (Shiva, 2003), em detrimento da pluralidade de conhecimentos. O ponto de partida daquele estudo foi a indagação na literatura: como contrapor o pensamento abissal, estabelecendo um pensamento pós-abissal a partir da ecologia dos saberes e do interconhecimento (Santos, 2007)?

O professor Santos (2007) ensina que o pensamento abissal distingue visíveis e invisíveis por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. Para Santos (2007), esta forma de pensamento não leva em consideração o outro, é excludente, constituindo-se num abismo que obscurece um dos lados. Assim, para o autor, reconhecer a persistência do pensamento abissal é fundamental para começar-se a pensar e agir para além dele e criar um pensamento pós-abissal (Santos, 2007). A ecologia dos saberes, proposta por Santos (2007), segue a ideia de que o conhecimento é interconhecimento.

O estudo da tradiçência partiu dessa constatação de Santos, para entender que os conhecimentos se fortalecem na medida em que se relacionam. Quando, a partir da comunicação relacional, passa a existir diálogo, interação e coabitação entre os saberes científicos e/ou tradicionais, acontece a tradiçência na dimensão comunicacional. Isso representa o ápice da relação complexa dos saberes, no

momento em que se complementam e somam. A tradiçãncia dá voz aos atores envolvidos e possibilita ecoá-la numa dimensão comunicacional (Coelho, 2018).

Essa relação, no âmbito da ecologia dos saberes, é dotada de complexidade. Significa propor aos atores sociais envolvidos uma nova forma de praticar o conhecimento. Uma prática que deixa de ser monológica e unilateral para ser dialógica e plural, sendo resguardadas e respeitadas as autonomias. A centralidade analítica está nas pessoas, conforme o entendimento de Foucault (2013), que não considera a ciência o ponto de partida mas sim o espaço do saber.

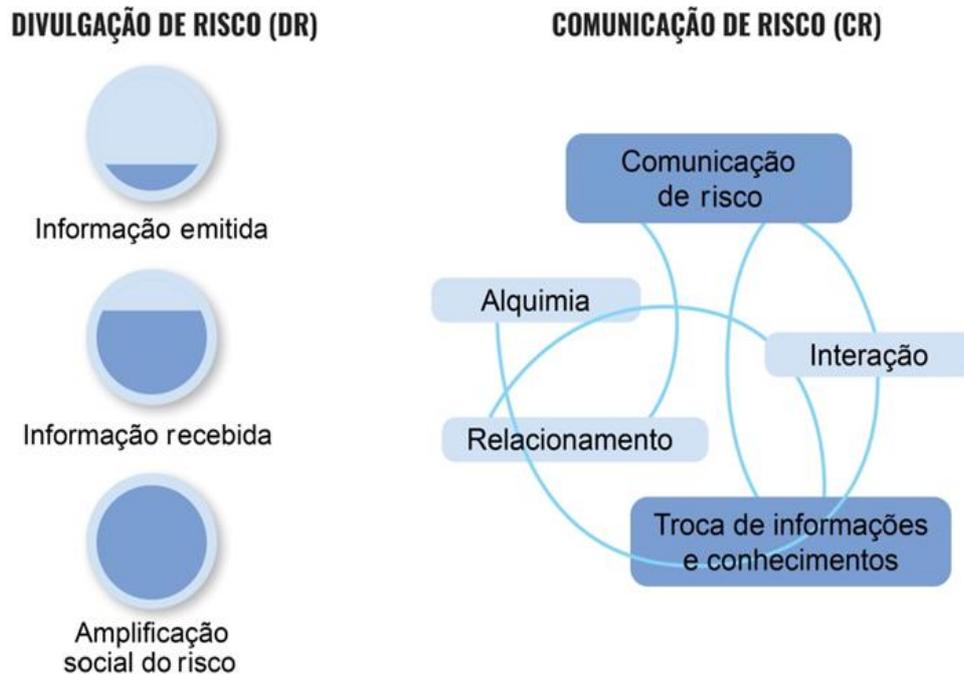
Para o filósofo Dominique Wolton, comunicar é entrar na problemática do outro.

Comunicar não é passar por cima das identidades, é fazer com. Busca-se a partilha. Constrói-se a coabitação. É nisso que a comunicação desloca a problemática da informação. O homem não vive de informações, de mensagens, mas de relações, na maior parte do tempo, difíceis (Wolton, 2007: 223-224).

Considera-se, portanto, que a comunicação, em sua essência, é relação entre pessoas e não difusão de informações. “A comunicação é questão de cada um e está sempre à altura do homem, isto é, à altura da vida cotidiana” (Wolton, 2007: 221). Nesse sentido, entende-se que o ato de dialogar é comunicação, o ato de protestar é comunicação, o ato de propor é comunicação. E tudo isso está intrinsecamente ligado à identidade e diversidade social (Coelho, 2018). Assim, a atitude de defesa e proteção diante de uma ameaça coletiva requer comunicação, a partir da percepção dos riscos. Os caminhos para melhorar os processos de governança passam por um maior conhecimento através da avaliação científica e também pela percepção dos riscos, ao incluir as preocupações, os interesses e os valores dos diversos atores sociais envolvidos (Aven e Renn, 2010).

Se a comunicação assume o papel social de interferir e contribuir para transformar, pode então, em última análise, impactar positivamente ou negativamente também nos contextos de riscos e desastres. Vista deste modo, a comunicação específica de risco deixa de ser instrumental e passa a ser um processo complexo nas relações. Então é fundamental diferenciar a divulgação de risco (DR), que normalmente ocorre via meios de difusão, da comunicação de risco (CR), que acontece também nas diversas relações e envolve processos comunicacionais contínuos e permanentes dentro dos ambientes de governança de riscos e desastres (Figura 1). Transmitir a informação é um caminho de mão única, que vai direto do emissor ao receptor e pode

levar à amplificação do risco. Já na comunicação de risco, as vias são recíprocas e cumulativas, impactando na formação de uma cultura de risco e tendo reflexos



também no âmbito dos processos educativos.

**Figura 1:** Diferenciação entre divulgação de risco e comunicação de risco.

Fonte: A autora.

Nos parâmetros da CR, não se considera o simples ato de divulgar informações, como ocorre na DR, mas o ato de comunicar de forma relacional. Na CR, a comunicação é entendida nos moldes da teoria da ação comunicativa do filósofo Jürgen Habermas (2012), que propõe o abandono da relação sujeito e objeto, dando lugar à relação sujeito e sujeito. Dessa forma, posicionada como ciência social e não somente como instrumento informacional num ambiente de governança, a comunicação é fundamental na ligação entre conhecimentos, propiciando confiança, senso de pertencimento e uma melhor percepção social do risco.

Há também a necessidade da presença da comunicação social como política pública e não somente como um instrumento de informação posicionado de forma exógena nos processos de gestão de risco. A comunicação atua num ambiente de risco socialmente construído (Aven e Renn, 2009; Mendes, 2015) e, assim, precisa

necessariamente partir da percepção que as pessoas têm do risco. A comunicação e a percepção do risco estão interligadas e assumem carácter de reciprocidade, são complementares e indissociáveis no contexto da governança (Figura 2).



**Figura 2:** Reciprocidade entre comunicação de risco e percepção de risco.

Fonte: A autora.

### **A pandemia e a insurgência da comunicação relacional**

Para refletir sobre o mundo novo surgido tão abruptamente com a pandemia, é preciso, parafraseando Santos (2020), continuar “conversando com o vírus”. E, como num divã, faz-se necessário tratar as mazelas sociais que este desastre sanitário inflamou, a exemplo das *fake news*. O duelo comunicacional aproximou e dividiu pessoas e grupos. O vírus plantou discórdia e (in)comunicação, criando assim um terreno fértil para notícias falsas. As *fake news* carecem de tratamento político e jurídico, conforme observou Santos (2020: 515):

Em tempos de pandemia, as notícias falsas traduzem-se directamente em mortes e, portanto, configuram actuações criminosas que os países não estão preparados para punir exemplarmente, tal como não estão preparados para travar eficazmente a propagação de notícias falsas.

É imprescindível ir um pouco além, e compreender o que está no alicerce social da rede de mentiras. Ao acessar os territórios virtuais brasileiro e português durante a coleta de dados (através das plataformas *Twitter* e *Facebook*), sob o olhar da sociologia do risco (Mendes, 2015), notam-se tanto vulnerabilidades comunicacionais/cognitivas na emissão e recepção de informações quanto exclusões provenientes das desigualdades sociais. A COVID-19 tem exposto os abismos relacionados à troca e difusão de informações, e ao acesso a tecnologias. Para citar um exemplo, 4,8 milhões de crianças e adolescentes brasileiros não possuíam acesso à Internet em 2020 (Tokarnia, 2020). Com a suspensão das aulas presenciais após o

agravamento da pandemia, estes ficaram fora da escola virtual, o que comprometeu o ciclo educacional (Tokarnia, 2021).

As vulnerabilidades cognitivas na comunicação estão relacionadas ao acesso a informações confiáveis de base científica e ao entendimento acerca das informações difundidas. Nesse âmbito da comunicação relacional, considerando as dificuldades cognitivas, abrem-se janelas para a disseminação de notícias falsas. Assim, as *fake news* podem ser entendidas também como efeito colateral do incremento da comunicação relacional, a partir do ciberespaço. Nesse contexto, surge uma categoria de análise que este trabalho nomeia como “comunicação relacional de risco durante desastres”. Compreender as diretrizes dessa forma de comunicação parece ser uma base para a elaboração de políticas públicas de comunicação de risco efetivas.

Na percepção do filósofo Edgar Morin (2021), “nós nos comunicamos muito mal na sociedade da comunicação e estamos cada vez menos informados na sociedade da informação”, o que pode ter sido ainda exacerbado durante a pandemia. Morin faz aqui a necessária distinção entre comunicação e informação, e identifica dificuldades em ambos os campos. Parece paradoxal a sua afirmação diante do crescimento das redes de comunicação e de difusão de informações. Como podemos nos comunicar mal com a intensificação da comunicação entre as pessoas e um volume maior de informações disponíveis?

Nota-se que esta problemática reside no crescimento das redes de comunicação relacional movidas pelo volume de informações em circulação nos ciberespaços, sem precedente na história da humanidade. Isso tem dois caminhos: ao mesmo tempo em que facilitam a comunicação diretamente entre as pessoas, sem as intermediações e traduções tradicionais dos meios de difusão, as redes também criam (in)comunicações devido às barreiras comunicacionais formadas principalmente no universo da autocomunicação de massa.

Então, para começar a compreender a insurgência da comunicação relacional na pandemia, este trabalho escavou pequenos terrenos na imensidão dos meios tradicionais de difusão de informações e nos territórios virtuais da superfície dos ciberespaços (*surface web / visible web*), que ocupa 4% do total da Internet (Vignoli e

Monteiro, 2020). Foram recortados três esteios de observação da comunicação relacional: “uso de máscaras”, “distanciamento social” e “grupos antivacina”.

A “comunicação das máscaras” foi o primeiro esteio observado. As imposições do uso de proteção para cobrir boca e nariz encontraram resistências no início da pandemia (Agência O Globo, 2020; Médicos Pela Verdade — Portugal, 2020). Aos poucos, ocorreu a adesão das pessoas, seja por convencimento seja por força das leis que tornaram obrigatório o uso da máscara, tanto em Portugal quanto no Brasil (Expresso, 2020; Amâncio, 2021; Poder 360, 2021). A máscara tornou-se enfim uma ferramenta de interação e relacionamento entre pessoas, que passaram a identificar-se a partir dela. Usar máscara passou a significar que me protejo e protejo o outro, que me importo com as outras pessoas.

O não uso da máscara também se tornou um símbolo de identificação dos grupos negacionistas. Nesses grupos, foram usados argumentos e notícias falsos para fazer valer opiniões e atitudes de negação da pandemia, com disseminação em massa pela Internet. Uma das notícias falsas mais impactantes foi que o uso de máscara promove aumento da inspiração de gás carbônico a níveis acima dos tolerados pelo organismo, levando à intoxicação. A ciência refutou esta distorção, que foi carimbada como mentira pela mídia tradicional (Ferreira, 2020; Pennafort, 2020). Porém, a incerteza foi plantada.

A necessidade de afastamento físico foi o segundo esteio de observação. As mensagens surgiram, em maioria, nos formatos de sinalização visual, com o nome de “distanciamento social”, determinando ou aconselhando que as pessoas fiquem distantes umas das outras. Este parece ter sido um dos pontos mais dolorosos, principalmente para os mais idosos que ficaram isolados (Pacheco, 2021). Como convencer as pessoas ensinadas a amar, abraçar e confraternizar com família e amigos que teriam que parar abruptamente de alimentar as relações emocionais?

Nesse ponto, observa-se um equívoco comunicacional no que tange à linguagem. A expressão “distanciamento social” tem efeito de “fique longe das relações em sociedade”. Portanto, “afastamento físico” seria um termo mais apropriado, pois remete à necessidade de distância física e não emocional. A linguagem na comunicação pode ser decisiva para a fluidez, o entendimento e a aceitação entre emissor e receptor (Wolton, 2010). A mensagem que não considera as emoções e as

relações sociais não gera senso de pertencimento e pode dificultar a percepção de risco por parte da pessoa ou do grupo.

O terceiro esteio de observação foi o embate surgido após a chegada das vacinas contra a COVID-19. A rejeição da vacina foi constatada de forma global, em menor ou maior intensidade (Público, 2021). Independentemente das motivações da negação, que a ciência já buscou analisar em outros momentos (Levi, 2013), a vacina ainda é a única forma de reduzir a letalidade do novo Coronavírus (Turner *et al.*, 2021).

A pandemia reacendeu os movimentos antivacinas que sempre existiram. Este momento difere de anteriores pelas possibilidades de propagação dos ideais através da comunicação relacional no ciberespaço. As mensagens trocadas instantaneamente e globalmente alimentam esses movimentos, tornando-os mais fortes e ameaçadores. Contudo, Portugal e Brasil não têm grandes movimentos contra a vacina (Faria, 2021; Sanches, 2021). O Brasil, ao contrário, possui tradição em vacinação. Porém, nota-se a influência do governo central, na pessoa do presidente Jair Bolsonaro, que até a data de 29 de setembro de 2021 não havia se vacinado, tendo declarado este fato publicamente, inclusive na Assembleia Geral da ONU, nos Estados Unidos (Terra, 2021). Ao mesmo tempo, surgiram na pandemia novos grupos antivacina, com os argumentos da imunidade natural e as teorias da conspiração. Contudo, em Portugal, assim como em outros países do mundo, após o avanço da vacinação, a pandemia passou a ser dos não vacinados (SIC Notícias, 2021).

Foi possível perceber como os duelos travados no ciberespaço foram impulsionados pela pandemia, através da consulta virtual que realizei no período de 10 a 20 de maio de 2020, via a plataforma *Google*, com 105 pessoas entre 18 e 80 anos, nos seguintes países: Brasil, Alemanha, Portugal, Itália, Suíça, Peru e Espanha.<sup>2</sup> Observou-se que as incertezas acerca da COVID-19, desde a letalidade da doença até as formas de proteção e tratamento, eram colossais e que o emaranhado de informações disseminadas na Internet e em mídias tradicionais amplificou essas incertezas. Por exemplo, 72,4% das pessoas consultadas entenderam a COVID-19 como uma doença grave, enquanto 16,2% consideraram-na uma “gripe” como as outras ativas no mundo. Por sua vez, 11,4% responderam de outras formas, como “mais grave que as gripes normais, porém, não tão grave”, “algo não conhecido”, “vírus raro, podendo ser grave

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre esta consulta virtual, por favor contacte a autora através do e-mail.

dependendo do caso”. Por outro lado, 75,3% dos participantes declararam explicitamente o uso da Internet. A maioria dos consultados (66,6% do total) declarou que sofreu influência ou influenciou nos ciberespaços (Figura 3). As respostas indicam



a importância da comunicação relacional na formulação de políticas públicas de comunicação de risco.

**Figura 3:** Fluxo de influências na comunicação relacional no ciberespaço durante a pandemia.

Fonte: A autora.

### **Ausência de políticas públicas de comunicação social de risco**

No Brasil e em Portugal, nos locais estudados, um ponto observado no início da pandemia foi a ausência ou insuficiência de estruturas e planos específicos e adequados para implementar medidas de comunicação de risco, dentro do ambiente de governança, considerando a magnitude do evento sanitário. Também, a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) reformulou suas estratégias de comunicação ao longo da pandemia. No início, o formato adotado pela OMS para a disseminação das informações, através das tradicionais coletivas de imprensa, causou ruídos de

comunicação. Distorções ou inversões de informações divulgadas, por exemplo, tiveram impactos na percepção da situação, criando espaço para a desinformação (Projeto Comprova, 2020).

Neste caso, percebeu-se que o volume de informações acerca da pandemia divulgado somente nas coletivas de imprensa não estava atingindo o grande público, o que, juntamente com as incertezas, abria espaço para as notícias falsas. Isso porque, com o incremento da autocomunicação de massa na Internet, a divulgação de funil (aquela que tem um intermediário), passou a sofrer inversões, distorções e amplificações antes de atingir o público. Essa forma, que é mais apropriado classificar como difusão de informações, perdeu a exclusividade para a comunicação relacional no ciberespaço. Isso levou a OMS a mudar suas estratégias de comunicação de risco e de crise, com a criação da plataforma WHO Information Network for Epidemics (WHO, 2021). Para atingir o público mais facilmente, a plataforma passou a partilhar informações adaptadas a grupos específicos, com a participação dos escritórios regionais da OMS e a colaboração dos principais veículos digitais: *Google, Facebook, Twitter, YouTube e Instagram*.

É certo que o mundo não estava preparado para a pandemia COVID-19, nem em termos das estruturas de saúde, que levaram o desastre à catástrofe (Lavell *et al.*, 2020), nem das estruturas de comunicação. Como reação, o governo português disponibilizou, em fevereiro de 2020, princípios orientadores para a comunicação de risco e crise, divulgados pela Direção-Geral da Saúde (Ministério da Saúde, 2020). Destacam-se dois importantes avanços nesta publicação: o primeiro é a construção de estratégias de comunicação considerando a percepção que as pessoas têm do risco. O segundo é a inserção da comunicação no ambiente de governança transversalmente em todas as etapas, da pré-crise até a avaliação, conforme o modelo CERC — Crisis and Emergency Risk Communication (Reynolds, 2002; Reynolds e Seeger, 2005). Porém, é crucial analisar os impactos das estratégias de comunicação de risco implantadas tardiamente em Portugal, e também compreender se essas medidas, adotadas com a pandemia já em curso, foram eficazes na comunicação das incertezas. Outro ponto é saber se as mensagens difundidas surtiram efeito no âmbito da comunicação relacional.

Constata-se que o Brasil, a partir do governo federal, optou por um caminho diferente do adotado em Portugal. No território brasileiro, prevaleceram as estratégias de (in)comunicação social de risco e de crise, a partir da política da negação, no âmbito federal, estimulando a dúvida e a insegurança sanitária. A gestão da pandemia relacionada a estruturas de saúde, aquisição de vacinas e orientações de proteção (como o uso de máscaras, afastamento físico e necessidade de confinamento) não foi inserida numa estratégia nacional. Assim, a comunicação de risco vem ocorrendo de forma fragmentada, na qual cada estado da Federação segue adotando as medidas locais isoladamente, descentralizadas do governo nacional. Qual o impacto da postura negacionista na mitigação e no controle da pandemia? A ausência de estratégias nacionais de comunicação de risco aumentou as incertezas acerca da COVID-19 no Brasil? Estas são questões surgidas no ambiente da gestão da pandemia e carecem de aprofundamento e mais investigação.

Contudo, as análises preliminares apresentadas neste artigo indicam que a pandemia trouxe mudanças na área da comunicação, que ficou mais relacional e menos informacional. Assim, acredita-se que a experiência pandêmica pode ser um caminho no pós-abissal (Santos, 2007), tendo a tradiçência como via de percepção de risco (Coelho, 2018), para a elaboração de políticas públicas específicas de comunicação social de risco. Neste ponto, a investigação segue o seu curso prudente, considerando que a pandemia está ativa, o que altera resultados prematuros.

Porém, ao considerar a comunicação relacional exacerbada no período pandêmico, não cabem mais somente estratégias sazonais de comunicação de crise em desastres. Essas estratégias, quando necessárias, vão depender diretamente do que foi feito antes da crise. Isso requer a comunicação de risco permanente e global nos ambientes de governança. A política pública específica de comunicação relacional de risco deve convergir e interagir com outras políticas no enfrentamento dos riscos e desastres. Acredita-se que o desastre COVID-19 seja um terreno fértil para identificar, analisar e compreender uma comunicação complexa que parte do espaço das emoções, das relações, dos encontros, das trocas, da empatia, da solidariedade e do pertencimento.

Até 30 de setembro de 2021, o desastre COVID-19 já tinha matado mais de 4,7 milhões de pessoas em todo o planeta (JHU, 2021). Diante do luto, surge um alento de esperança na resistência e na resiliência do saber. Por exemplo, a comunicação entre

os povos indígenas e os médicos que atuavam na pandemia fez brotar o que o professor Santos (2020: 320) designa por “ecologias de saberes médicos, encontros e adaptações recíprocas entre a medicina ocidental, as medicinas tradicionais e formas de inter-medicina”. Nesse contexto, a comunicação relacional, em condição de tradiçência, faz-se fundamental para a coabitação entre os saberes.

### **Considerações finais**

No ambiente da governança do desastre COVID-19, percebem-se três movimentos comunicacionais que surgem como barreiras da comunicação relacional. A primeira, a barreira de versões, refere-se ao desconhecimento da doença e às incertezas que desencadeiam versões científicas e não científicas sobre ela, muitas traduzidas nas notícias falsas compartilhadas em rede. A segunda é a barreira das inversões de dados científicos, provocando novas interpretações conforme o senso comum e as conveniências. Assim, por questões como política partidária e religião, as inversões de fatos em torno da pandemia ocorrem nas redes sociais, o que também inclui o compartilhamento de *fake news*. Por fim, a barreira das saturações, dado que a COVID-19 passou a ser a única notícia veiculada e publicada pelos principais meios de informação e o principal assunto nas redes sociais, resultando numa amplificação dos riscos e causando medo coletivo ou rejeição na recepção das informações difundidas.

No desastre COVID-19, a comunicação relacional saiu do local para o global e eclodiu nas redes de ligação de pessoas. Exacerbou-se, dicotomicamente, uma comunicação maléfica e benéfica. As *fake news* surgem como efeito colateral dessa nova forma de comunicar. Assim, nunca foi tão notório por que é preciso salvar a comunicação como mediadora das democracias (Wolton, 2007; Bartlett, 2018). Contudo, num contraponto salutar, em defesa das relações democráticas, emergem as resistências de grupos sociais organizados que, historicamente, já se opõem ao que Morin classifica como doenças da civilização (Morin, 2016). Esses grupos começaram a duelar, mais intensamente, nos territórios virtuais, no campo da autocomunicação de massa (Castells, 2015). Este é considerado um caminho assertivo para transitar entre o local e o global e criar glocalidades em ciberespaços (Escobar, 2004; Harcourt e Escobar, 2007).

Nota-se que o fenômeno das *fake news* é um sintoma desse novo tempo em todo o planeta. É a febre e não a doença propriamente. Assim, importa compreender as causas não somente das *fake news*, mas também das relações comunicacionais adoecidas. O tratamento dessas passa pela elaboração de políticas públicas que possam dar respostas às problemáticas da comunicação de risco em desastres. Parece não ser mais suficiente elaborar estratégias a partir das tradicionais ferramentas de publicidade e divulgação de informações oficiais nos meios de difusão. A pandemia revelou a carência de uma comunicação de risco que considere as percepções que as pessoas têm desses riscos e as formas como se comunicam nas relações virtuais e presenciais. Para além disso, a comunicação relacional de riscos e desastres deve ser encarada como uma política pública, com estratégias constantes e não somente ações ativadas nas crises.

Sobre a pandemia, “o futuro que começa agora” e os desafios analíticos lançados pelo professor Santos, este trabalho constitui-se somente uma vírgula em tantos pontos de reflexão sobre este tempo de desastre sanitário e ameaças climáticas. Nesses contextos, a comunicação específica de risco não pode mais ser olhada da mesma forma.

### Referências bibliográficas

- Agência O Globo (2020), “Por que algumas pessoas resistem a obedecer leis e usar máscaras?” Consultado a 10.09.2021, em <https://exame.com/ciencia/por-que-algumas-pessoas-resistem-a-obedecer-leis-e-usar-mascaras>
- Amâncio, Thiago (2021), “92% dos brasileiros dizem usar máscara”. Consultado a 10.09.2021, em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/92-dos-brasileiros-dizem-usar-mascara-sempre-mostra-datafolha.shtml>
- Appadurai, Arjun (1991), “Global ethnoscapas: notes and queries for a transnational anthropology”, in Richard Fox (ed.), *Recapturing anthropology: working in the present*. Santa Fe, NM: School of American Research.
- Aven, Terje; Renn, Ortwin (2009), “On risk defined as an event where the outcome is uncertain”, *Journal of Risk Research*, 12(1), 1-11. DOI: [10.1080/13669870802488883](https://doi.org/10.1080/13669870802488883)
- Aven, Terje; Renn, Ortwin (2010), *Risk management and governance: concepts, guidelines and applications*. Berlin: Springer-Verlag.

- Bartlett, Jamie (2018), *The people vs. tech: how the Internet is killing democracy (and how we save it)*. London: Penguin Random House.
- Castells, Manuel (2015), *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coelho, Mariluz (2018), *A comunicação da tradição e a comunicação inclusiva para a conservação da sociobiodiversidade na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia.
- Escobar, Arturo (2004), “Otros mundos (ya) son posibles: autoorganización, complejidad y culturas postcapitalistas”, in Jai Sen et al. (eds.), *El foro social mundial: desafiando imperios*. Malaga: Cedma, 474-485.
- Expresso (2020), “Sondagem Expresso/SIC: maioria dos portugueses concorda com uso obrigatório de máscara ao ar livre se não for possível manter distância”. Consultado a 10.09.2021, em <https://expresso.pt/coronavirus/2020-10-09-Sondagem-Expresso-SIC-maioria-dos-portugueses-concorda-com-uso-obrigatorio-de-mascara-ao-ar-livre-se-nao-for-possivel-manter-distancia>
- Faria, Natália (2021), “O que explica a adesão dos Portugueses às vacinas”. Consultado a 10.09.2021, em <https://www.publico.pt/2021/08/22/sociedade/noticia/explica-adesao-portugueses-vacinasmemoria-colectiva-tempo-sarampo-poliomielite-matavam-1974753>
- Ferreira, Marta Leite (2020), “Fact check. O uso de máscara pode provocar hipercapnia, um excesso de dióxido de carbono no sangue?” Consultado a 10.09.2021, em <https://observador.pt/factchecks/fact-check-o-uso-de-mascara-pode-provocar-hipercapnia-um-excesso-de-dioxido-de-carbono-no-sangue>
- Foucault, Michel (2012), *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária [8a. edição] [orig. 1969].
- Habermas, Jürgen (2012), *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Harcourt, Wendy; Escobar, Arturo (2007), “Women and the politics of place”, *Development*, 45(1), 7-14. DOI: [10.1057/palgrave.development.1110308](https://doi.org/10.1057/palgrave.development.1110308)
- JHU (Johns Hopkins University) (2021), “COVID-19 dashboard”. Consultado a 30.09.2021, em <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>
- Lavell, Allan et al. (2020), “La construcción social de la pandemia COVID 19: desastre, acumulación de riesgos y políticas públicas”. Consultado a 10.9.2021, em <https://www.desenredando.org/covid19/Construcción-social-pandemia-Covid19-desastre-riesgo-politicas-publicas-RNI-LA-RED-23-04-2020.pdf>
- Levi, Guido (2013), *Recusa de vacinas: causas e consequências*. São Paulo: Segmento Farma.
- Médicos Pela Verdade — Portugal (2020), “Página Facebook oficial do grupo Médicos Pela Verdade — Portugal”. Consultado em 2020 e 2021, em <https://web.facebook.com/medicospelaverdadeportugal>
- Mendes, José Manuel (2015), *Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ministério da Saúde (2020), “Princípios orientadores para comunicação de riscos e crise, baseados na percepção de riscos — Coronavírus 2019-nCoV”. Consultado a 14.06.2021, em <https://covid19.min->

[saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Principios-Orientadores-Comunicac%CC%A7a%CC%83o-Crise-2020-.pdf](https://saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Principios-Orientadores-Comunicac%CC%A7a%CC%83o-Crise-2020-.pdf)

Morin, Edgar (2009), *O ano zero da Alemanha*. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina [orig. 1946].

Morin, Edgar (2016), *A via para o futuro da humanidade*. Lisboa: Piaget [orig. 2011].

Morin, Edgar (2021), “On communique très mal”. Consultado a 30.09.2021, em <https://mobile.twitter.com/edgarmorinparis/status/1431679136146378753>

Pacheco, Ana Inês da Silva (2021), *O impacto da pandemia COVID-19 na saúde mental da população idosa utilizadora dos serviços de Centro de Dia do concelho de Paços de Ferreira*. Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social. Porto: Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Pennafort, Roberta (2020), “É #FAKE que uso de máscara eleva inalação de dióxido de carbono para nível acima do suportado pelo organismo humano”. Consultado a 15.09.2020, em <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fake-que-uso-de-mascara-eleva-inalacao-de-dioxido-de-carbono-para-nivel-acima-do-suportado-pelo-organismo-humano-24641503>

Poder 360 (2021), “95% da população diz usar máscara ao sair de casa, 4% rejeitam”. Consultado a 10.09.2021, em <https://www.poder360.com.br/pesquisas/95-da-populacao-diz-usar-mascara-ao-sair-de-casa-4-rejeitam-mostra-poderdata>

Projeto Comprova (2020), “OMS não se desculpou por reviravoltas com hidroxicloroquina”. Consultado a 12.06.2020, em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/oms-nao-se-desculpou-por-reviravoltas-com-hidroxicloroquina>

Público (2021), “Covid-19: milhares de franceses protestam contra o certificado de vacinação”. Consultado a 07.08.2021, em <https://www.publico.pt/2021/08/07/mundo/noticia/covid19-milhares-franceses-protestam-certificado-vacinacao-1973426>

Reynolds, Barbara (2002), *Crisis and emergency risk communication*. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention.

Reynolds, Barbara; Seeger, Matthew (2005), “Crisis and emergency risk communication as an integrative model”, *Journal of Health Communication*, 10, 43-55. DOI: [10.1080/10810730590904571](https://doi.org/10.1080/10810730590904571)

Sanches, Mariana (2021), “Brasil é país com menor rejeição à vacina na América Latina, diz Banco Mundial”. Consultado a 10.12.2021, em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59468300>

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, *Novos Estudos – CEBRAP*, 79, 71-94.

Santos, Boaventura de Sousa (2020), *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. Lisboa: Edições 70.

Shiva, Vandana (2003), *Monocultura da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.

SIC Notícias (2021), “Covid-19. Maioria dos internados em cuidados intensivos do hospital São João não têm vacina”. Consultado a 30.09.2021, em <https://sicnoticias.pt/especiais/vacinar-portugal/2021-08-30-Covid-19.-Maioria-dos-internados-em-cuidados-intensivos-do-hospital-Sao-Joao-nao-tem-vacina-2eb312f3>

- Sodré, Muniz (2007), “Sobre a episteme comunicacional”, *Matrizes*, 1(1), 15-26. DOI: [10.11606/issn.1982-8160.v1i1p15-26](https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p15-26)
- Terra (2021), “Bolsonaro admite que não se vacinou em encontro com Johnson”. Consultado a 30.09.2021, em <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/bolsonaro-admite-que-nao-se-vacinou-em-encontro-com-johnson,36a7e1427c8c6d0a717cb72fb1abe63dxdlwc9a4.html>
- Tokarnia, Mariana (2020), “Brasil tem 4,8 milhões de crianças e adolescentes sem Internet em casa”. Consultado a 14.06.2020, em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>
- Tokarnia, Mariana (2021), “Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020”. Consultado a 10.09.2021, em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>
- Turner, Jackson *et al.* (2021), “SARS-CoV-2 mRNA vaccines induce persistent human germinal centre responses”, *Nature*, 596(7870), 109-113. DOI: [10.1038/s41586-021-03738-2](https://doi.org/10.1038/s41586-021-03738-2)
- Vignoli, Richele Grengé; Monteiro, Silvana Drumond (2020), “Deep Web e Dark Web: similaridades e dissimilaridades no contexto da Ciência da Informação”, *Transinformação*, 32. DOI: [10.1590/2318-0889202032e190052](https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e190052)
- WHO (World Health Organization) (2021), “EPI-WIN: WHO Information Network for Epidemics”. Consultado a 10.09.2021, em <https://www.who.int/teams/risk-communication>
- Wolton, Dominique (2007), *É preciso salvar a comunicação*. Trad. Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus [orig. 2006].
- Wolton, Dominique (2010), *Informar não é comunicar*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina [orig. 2009].
- Zarocostas, John (2020), “How to fight an infodemic”, *The Lancet*, 395, 676. DOI: [10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X)